

[ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA]

Peso da função pública é maior em sete países da UE

Sete países da UE têm mais emprego público que Portugal, quer em percentagem da população activa quer do total do emprego. De acordo com dados compilados pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, os 737 800 funcionários representam 14,4% do total do emprego público. No extremo oposto, a Dinamarca tem mais do dobro da proporção

① Carta Aguilar

Portugal está longe de ser o país da União Europeia com mais funcionários públicos, quer em percentagem do total do emprego, quer em percentagem da população activa, existindo, pelo menos, sete Estados onde essa dimensão é superior. O mesmo já não se pode dizer do peso dos salários dos servidores do Estado face à riqueza produzida no país, que, apesar de não ser o maior, fica acima da média comunitária.

De acordo com uma análise feita pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE) - a que o DN teve acesso -, com base no último recenseamento do Ministério das Finanças e nos dados oficiais dos organismos da administração pública dos restantes países, Portugal fica a larga distância dos seus congéneres (UE 15) com administrações públicas mais volumosas.

Os 737 800 funcionários públicos portugueses representavam, de acordo com as mesmas fontes, 14,4% do emprego total e 13,3% da população activa em 2005. Num conjunto de sete países, a Dinamarca é o que apresenta a maior dimensão, com o emprego de funcionários a atingir os 34% do total e 32% da população activa, mais do dobro do verificado em Portugal (dados 2004). Segue-se a Suécia, com 29,3% e 27,8%, respectivamente e a Finlândia, onde a relação é de 23,2% para 21,2%. Com valores mais próximos dos nacionais estão a França, onde os funcionários equivalem a 20,4% do emprego total, a Alemanha e a Itália (16,2%) e o Reino Unido, com 20,7%.

A redução dos efectivos da função pública tem sido apontada pelos dois últimos governos como um objectivo prioritário, de modo a reduzir a despesa pública, em que a componente salarial tem um peso elevado. O Executivo socialista definiu a meta de diminuir o universo de funcionários em cerca de 70 mil até final da legislatura, através da regra de só fazer uma contratação por cada duas saídas. Com o mesmo objectivo de contenção

Panorama | Em sete países da UE, o peso dos funcionários no total do emprego oscila entre 16,2% e 34%

14,4%

É a percentagem do emprego na administração pública face ao total do emprego no País

O peso dos funcionários em países da UE

● Portugal

Tem 737 800 funcionários (de acordo com dados oficiais de Setembro), que representam 14,4% do total do emprego e 13,3% da população activa.

● Dinamarca

Os seus 925 mil funcionários equivalem a 34% do total do emprego no país e a 32%,1% da população activa no ano de 2004.

● Suécia

Mais de 1,2 milhões de funcionários formam 29% do emprego total e 27,8% da população activa (dados 2002).

● França

5 milhões de funcionários representam 20,4% do emprego total e 18,4% da população.

● Reino Unido

São 5,8 milhões os agentes do Estado, quase 21% do emprego total e 20% da população activa da Grã-Bretanha.

da despesa com pessoal, foram ainda congeladas as chamadas progressões automáticas até final de 2007. O Governo pretende ainda recorrer ao mecanismo de mobilidade para reafectar os funcionários de serviços excedentários para outros que sejam deficitários, ou, simplesmente, libertá-los de funções activas, com perda salarial. Ao mesmo tempo, o Estado continuou em 2005 a aumentar a despesa com contratos a prazo, tarefa e avença, que subiu 50%, o que indicia que alguns serviços têm falta de pessoal.

"Não é verdade que tenhamos um funcionário público por cada 17,6 habitantes, mas sim por cada 29 habitantes", diz Bertencourt Picanço, corrigindo uma comparação europeia publicada na imprensa na semana passada. "E há oito países em que a concentração por habitante é superior".

DGAP reitera regras na contratação de aposentados

① Manuel Esteves

A Direcção-geral da Administração Pública (DGAP) emitiu uma orientação técnica na qual reafirma a aplicação a todos os serviços da Administração Pública, sem excepção, das alterações ao estatuto de aposentação, publicadas em No-

vembro de 2005, que impedem o desempenho de funções públicas a aposentados ou reservistas da Administração Pública. Em resposta a "dúvidas de interpretação de diversos serviços", a DGAP esclarece que eventuais excepções a esta norma só são aceitáveis mediante proposta de um membro do Governo e, no caso das regiões autónomas, dos respectivos presidentes, mas sempre sujei-

tas a autorização do primeiro-ministro (PM). Quanto à questão particular da formação profissional, na qual é mais frequente o recurso a antigos quadros, a DGAP refere que "a autorização do PM deve ser anual ou por período superior, em regra dois anos, devidamente justificada. De qualquer forma, fica vedado "em absoluto" o exercício de funções sejam estas de formação profissional,

sejam de quaisquer outras, àqueles que se tenham reformado recorrendo aos mecanismos de antecipação previstos na lei. A orientação da DGAP sublinha que esta norma abrange todas as medidas legislativas que, de forma indefinida, tenham ou tivessem tido como finalidade viabilizar a saída de actividade [...] antes da idade normal prevista no estatuto de aposentação".

A DGAP esclarece ainda que a remuneração base sobre a qual incide a proporção de um terço (aplicável nas situações de excepção autorizadas em que o trabalhador opte por receber a pensão integral) exclui qualquer suplemento. Nas prestações de serviço, a remuneração base do trabalho prestado deve excluir "o pagamento de despesas de deslocação, representação, refeições".

DESPESA PÚBLICA COM PESSOAL

Portugal é o país que mais corta salários desde 2000

A terapia de choque na redução da despesa pública com pessoal que o Governo se propõe fazer em 2006 e 2007 é a maior registada em cinco anos nos doze países da Zona Euro. No próximo ano, Portugal deixará de estar isolado como o que mais gasta em pessoal em percentagem do PIB. Ficará ao lado da Finlândia. A economia paralela explica muito

① Carta Agular

A redução da despesa pública com pessoal que o Governo se propõe fazer entre 2006 e 2007 é a maior desde 2000 nos doze países da Zona Euro, com excepção da Áustria, que num ano cortou 1,2 pontos percentuais. Se a análise for feita desde 2002, Portugal é mesmo o país que mais corta a fundo nos salários do Estado.

O Governo prevê reduzir os gastos com pessoal em 0,6 pontos percentuais neste ano e no próximo, num total de 1,2 pontos. Uma "terapia de choque" que compara com uma média de redução de 0,2 pontos na Zona Euro, prevista para o mesmo período. Embora a tendência geral dos Doze aponte, seguindo as previsões de Outono da Comissão Europeia, para uma diminuição da aquela despesa em todos os países (salvo a Irlanda, que estagna), só há um país que se aproxima dos valores fixados por Portugal. A Finlândia prevê uma redução de 0,4 pontos percentuais em 2006, mas esse esforço de contenção abrandará no ano seguinte para 0,2 pontos percentuais (ver quadro), enquanto se mantém em Portugal.

Este travão a fundo acontece após um período em que os gastos com salários do Estado cresceram acima da média da Zona Euro. Como se pode constatar no quadro, entre o ano 2000 e 2005 a factura cresceu sempre, à excepção de 2003 e de 2004, ano em que se verificou uma estagnação.

Em causa está uma poupança estimada entre 400 a 318 milhões de euros, consoante se trate das previsões de Bruxelas ou do Governo, para 2006 e 2007. E ela deriva essencialmente da redução do número de funcionários (através da não substituição integral dos novos aposentados e menor contratação de professores), congelamento dos escalões e dos suplementos, contenção salarial e diminuição das estruturas do Estado. Há ain-

Culpa | Funcionários são prejudicados pelo peso da economia informal, que supera toda a despesa com pessoal

Baixo investimento ameaça objectivos

"Se Portugal continuar a ter um fraco crescimento e o investimento não inverter a tendência de diminuição dos últimos anos, o esforço para reduzir o peso da despesa pública com pessoal na economia, terá grandes sacrifícios para os funcionários públicos, mas sem grande êxito." Esta é a leitura que o STE faz dos dados da despesa com pessoal em Portugal e nos outros países da Zona Euro. Em volume, a despesa com pessoal em Portugal, entre 2006 e 2007, deverá ter a maior diminuição acumulada dos Doze, contrastando com um crescimento generalizado nos restantes. Mas, como destaca o STE, o crescimento salarial nesses países não provoca um aumento da despesa em percentagem do PIB, pois têm outros níveis de crescimento e investimento. O investimento vai cair pelo terceiro ano consecutivo, para o nível mais baixo da Zona Euro.

Variação da despesa com o pessoal da AP no PIB

	EM PONTOS PERCENTUAIS							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Portugal	+0,5	+0,1	+0,4	-0,5	0,0	+0,2	-0,6	-0,6
Bélgica	-0,2	+0,2	+0,4	+0,1	-0,3	+0,1	-0,2	-0,2
Alemanha	-0,2	-0,2	0,0	-0,1	-0,1	-0,2	-0,3	-0,2
Grécia	-0,3	-0,1	+0,7	-0,2	+0,7	-0,4	-0,1	-0,1
Espanha	-0,2	-0,2	-0,1	+0,1	0,0	-0,1	-0,2	-0,1
França	-0,2	0,0	+0,2	+0,1	-0,2	0,0	-0,1	-0,1
Irlanda	-0,2	+0,3	+0,3	+0,3	+0,4	+0,1	+0,2	0,0
Itália	-0,1	+0,1	+0,1	+0,2	-0,1	+0,2	0,0	-0,2
Luxemburgo	-0,3	+0,4	+0,1	+0,0	+0,1	-0,1	-0,2	-0,1
Holanda	-0,2	+0,1	+0,2	+0,3	-0,1	-0,1	-0,3	-0,1
Áustria	-0,4	-1,2	-0,1	0,0	-0,3	0,0	-0,1	-0,1
Finlândia	-0,5	-0,1	+0,3	+0,4	0,0	+0,1	-0,4	-0,2
Área euro	-0,2	-0,1	+0,1	+0,1	-0,1	1,0	-0,2	-0,2

Fonte: Comissão Europeia. Previsões de Outono de 2006.

Infografia DN

da o corte das participações no custo dos medicamentos e outros actos médicos.

Se forem cumpridos os objectivos propostos, Portugal deixará de estar isolado, a liderar os países com a maior despesa pública com pessoal em percentagem do PIB. Em 2005, a parte da riqueza produzida que era consumida pelos salários e prestações associadas era de 14,5%, devendo descer este ano para 13,9% e fixar-se em 13,2% em 2007. Ficará então em pé de igualdade com países como a Finlândia e a França, mas ainda acima da média da Zona Euro, que será de 10,1%.

Aquela comparação é prejudicada pelo elevado peso do sector informal na economia portuguesa. De acordo com um estudo publicado este ano pelo Banco de Portugal estima-se que quase um quinto da produção nacional (31 mil milhões de euros) fique fora das contas oficiais, superando o valor da despesa com o pessoal da função pública, que é de 21,2 mil milhões. I

CONSTITUCIONALIDADE EM CAUSA

STE contesta discriminação nas pensões públicas

① Carla Aguiar

A disparidade de critérios adotados pelo Governo na actualização das pensões dos funcionários públicos e dos demais pensionistas do regime geral da Segurança Social vai parar a tribunal. Essa é, pelo menos, a intenção ontem manifestada pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), que vai suscitar a apreciação da inconstitucionalidade

daquilo que considera ser uma “discriminação”.

“Estamos apenas à espera que a portaria relativa ao aumento das pensões dos funcionários públicos seja publicada para accionar o processo”, disse ao DN o presidente do STE, Bettencourt Picanço. Ao contrário dos aumentos fixados para o regime geral – que entraram em vigor no dia 1 deste mês –, a actualização para o universo da função pública só entra em vigor em Janeiro.

Em causa está, para o STE, uma política que, pelo sexto ano consecutivo, penaliza mais os funcionários públicos. Aqui ficam os exemplos da discórdia. O aumento fixado para as pensões entre um salário mínimo e meio (578,85 euros) e seis salários mínimos (2315,4 euros) será de 1,5% na Administração Pública, 0,6 pontos abaixo da inflação prevista para 2007. Mas, no regime geral, para um universo relativamente semelhante de rendimentos (de 596 a 2387 eu-

ros), o aumento é mais de um ponto percentual superior, atingindo os 2,6%.

E enquanto as pensões mais baixas – até aos 597 euros – são actualizadas em 3,1% no regime geral, elas têm apenas um aumento de 2,6% no universo do Estado.

No caso das pensões mais altas, que não têm direito a qualquer actualização, os critérios definidos pela Segurança Social e pelas Finanças também são bastante díspares. No

Estado ficam congeladas todas as pensões acima dos seis salários mínimos (2315 euros), enquanto na Segurança Social o congelamento só se aplica para as pensões superiores a 4774 euros. Ou seja, para o Estado uma “pensão alta” equivale a metade do valor que serve de critério para a Segurança Social.

O STE contesta estas diferenças “num momento em que o Governo defende o princípio da convergência entre um e outro sistema”. ■

Vaga de reformas na função pública só ultrapassada pela do ano recorde de 2003

Mais de 22 mil trabalhadores do Estado passaram à condição de aposentados até ao fim do mês de Novembro

JOÃO MANUEL ROCHA

O número de funcionários públicos que, em 2006, passaram à reforma deve ser um dos maiores dos últimos anos, apenas ultrapassado pelo de 2003, quando a alteração de regras motivou uma verdadeira corrida dos trabalhadores do Estado à aposentação. Até ao fim de Novembro tinham já deixado a vida activa mais de 22 mil.

O total de funcionários públicos que se reformaram nos primeiros 11 meses foi de 22.115 e ultrapassa em mais de 2500 o total dos que o fizeram durante todo o ano de 2005, indicam dados da Caixa Geral de Aposentações ontem divulgados pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE).

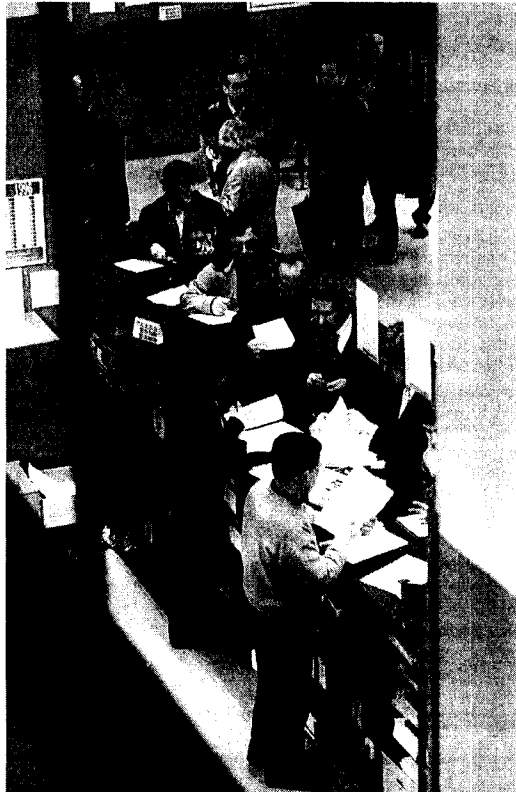
A esses 22.115 deverão ser somados os que vierem a fazê-lo até ao fim do ano: ontem, o *Diário da República* publicou uma lista com largas centenas de novos aposentados, o que leva o presidente do STE, Bettencourt Picanço, a afirmar que “há de facto uma corrida às aposentações, devido aos ataques do Governo à administração pública”.

Quer em 2002, quer em 2004 o número de aposentações ficou-se na casa dos 22 mil e o recorde dos anos mais recentes foi fixado em 2003, quando o anúncio de regras mais restritivas para os novos pensionistas do Estado levou a um significativo aumento do número de reformas. Iniciado no último trimestre de 2002, esse movimento levou a que em 2003 fosse atingida o número recorde de 34.067.

Quanto a 2006, a subida do número de aposentações é particularmente notória na administração central onde, sem contar com as forças militares e de segurança, o número de novos reformados foi de 13.450 nos primeiros 11 meses do ano, claramente superior ao dos 12 meses dos dois últimos anos: 10.237 em 2004 e 10.091 em 2005.

Na administração local, nas regiões autónomas e nas forças militares, os números registados até ao fim de Novembro ultrapassaram, também, o total de 2005. Só nas forças de segurança se verifica um valor ligeiramente inferior, mas que poderá ultrapassar o do ano anterior quando forem considerados os dados totais de 2006. No conjunto, estas instituições já viram este ano 4365 funcionários partir para

FERNANDO VELUDO/ARQUIVO



O sindicato diz que a mudança de regras provoca corrida à aposentação

a reforma, número superior ao dos 3755 que o haviam feito em todo o ano de 2005.

O número de 22.115 aposentações até ao fim de Novembro inclui também – para além da administração central, autarquias, regiões autónomas e forças militares e de segurança – trabalhadores inscritos na CGA, caso de funcionários de empresas públicas e da Caixa Geral de Depósitos, docentes do ensino particular, trabalhadores dos correios e outros.

O peso das saídas por ministérios corresponde ao peso relativo que representam na administração pública, com natural preponderância dos que têm mais trabalhadores.

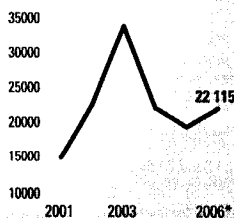
“O Governo terá ao longo da legislatura saídas para lá das 75 mil que queria, agora a questão que se coloca é a constituição de tantas empre-

sas públicas. Na prática, o que se está a fazer é dismantlar este edifício da administração pública, criando um sem quaisquer regras”, acusa o presidente do STE, aludindo à recente decisão do Conselho de Ministros de criar entidades empresariais para funções como as compras do Estado e a gestão de recursos humanos e financeiros.

O sindicato, que ontem divulgou um documento em que analisa a evolução da situação dos trabalhadores da função pública mas também aspectos como o impacto da subida da inflação, taxas de juro e carga fiscal, está também contra a “diferença de critérios” que entende que vai traduzir-se num “fraco aumento das pensões de aposentação” dos trabalhadores do Estado, inferior ao decidido para as pensões da Segurança Social. ■

NOVOS APOSENTADOS

Administração pública



*Até ao fim de Novembro

Fonte: Caixa Geral de Aposentações

Por sectores

	2005	2006*
Administração Central	10091	13450
Administração Local	2041	2526
Regiões Autónomas	539	691
Forças militares	886	896
Forças de segurança	289	252
Outros	5684	4300
Total	19530	22115

*até Novembro

STE faz denúncias a Cavaco Silva sobre a reforma

O Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE) pediu uma audiência ao Presidente da República, com carácter de urgência, para lhe transmitir preocupações face ao processo de reforma da administração pública. Na carta enviada a Cavaco Silva, começa por criticar-se a ausência de critérios claros e padronizados. Um dos exemplos apontados é o tratamento das carreiras.

“Como é possível que, em pleno processo de negociação de um novo

regime de carreiras, vínculos e remunerações, o Governo tenha aprovado já um novo regime de carreira para o pessoal docente do ensino básico em secundário e, ainda, um novo regime remuneratório para os médicos integrados na carreira hospitalar?”, questiona o STE. Denuncia-se também os impedimentos a que estão sujeitos os funcionários que querem concorrer para outros serviços, desde que foi anunciada a reestruturação: “Os serviços a reor-

Presidente é lembrado de que sistema de avaliação “fere” a Constituição e que a mobilidade está a ser abusivamente impedida

ganizar não têm o direito de recusar aos trabalhadores a possibilidade de obterem colocação em organismo que os aceite e deles esteja carenciado, apenas porque dessa forma não os poderão colocar nos supranumerários.” Preocupante é ainda, para o STE, o “desmoronamento” do quadro jurídico das relações entre o direito público e o direito privado, patente na intenção de aprovar a ESPAP, uma nova entidade pública, para a gestão das compras e dos su-

pranumerários. Esta orientação é vista como uma “duplicação de tarefas, com perdas financeiras e de eficácia”. O Presidente da República é especialmente interpelado sobre o atraso na fiscalização da constitucionalidade do sistema de avaliação de desempenho. “Não se percebe como é que não foi ainda fiscalizada a constitucionalidade da lei, do Siadap, quando a sua aplicação já demonstrou focos de desconformidade com a Lei fundamental.” JCA

22 mil funcionários reformaram-se até Novembro. Bettencourt Picanço, do STE, acusa:

«Sócrates tem em marcha plano para desmantelar a AP»

Com a saída de milhares de pessoas da Administração Pública, o presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado garante que o Governo de Sócrates pretende o «desmantelamento» da AP e justifica os números com «o quer, posso e mando» dos socialistas. Bettencourt Picanço apela agora ao Presidente da República para que intervenha no processo

ANA CLARA

NUM período em que o Governo afirma cada vez mais a necessidade de diminuir o número de funcionários públicos, o movimento de trabalhadores que tem ido para a reforma não cessa de aumentar, representando já mais de 22 mil até Novembro de

2006 (mais 5 142 do que no mesmo período de 2005 e já tendo ultrapassado o valor atingido nesse ano).

Na Administração Central (excluindo Forças Militares e de Segurança) o número de novos aposentados aumentou para 13.450 até Novembro de 2006, ultrapassado o valor dos dois últimos anos (10 237 em 2004 e 10 091 em 2005), destacando-se o número ele-

vado registado na Educação e na Saúde.

Bettencourt Picanço, presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), acusa o Governo de **José Sócrates** de ter em marcha um plano de «desmantelamento» da Administração Pública (AP) e pede a intervenção do Presidente da República.

Poder de compra dos funcionários diminuiu 10 por cento nos últimos oito anos

Entre os factos mais marcantes que têm colocado os trabalhadores da AP numa total indefinição e desmotivação, **Bettencourt Picanço** destaca «o fraco aumento da tabela salarial da função pública, fixado em 1,5 por cento em 2007, mantendo-se sistematicamente abaixo da taxa de inflação pelo 8.º ano consecutivo e atrasando-se face à situação dos trabalhadores do sector privado». Além disso, o presidente do STE lembra que o «prolongamento do congelamento das progressões na carreira (escalões) por mais um ano, vai criar a situação de vigência deste sistema durante 28 meses consecutivos, começa a ser insustentável».

Por essa razão, explica que a generalidade dos trabalhadores da AP «está desmotivada, não suporta o “quer, posso e mando” do Governo nem o sistema de avaliação de desempenho inoperacional. Com tudo isto, é natural que as pessoas se tendam a afastar». Por essa razão reafirma: «Este Governo e este Primeiro-Ministro têm em marcha um plano para desmantelar a AP».

Adianta ainda que o poder de compra da generalidade dos trabalhadores da AP diminuiu quase 10 por cento nos últimos oito anos.

Remunerações vão manter-se fracas

Bettencourt Picanço alerta ainda para o facto de as remunerações médias por trabalhador em Portugal no próximo ano continuarem a desacelerar para 2,8 por cento.

A verdade é que, de acordo com o último Boletim Económico de Outono do Banco de Portugal, este comportamento reflecte o menor crescimento salarial no sector público. E não é só no nosso País que os salários deverão continuar em queda já que, lembra, «as remunerações reais por trabalhador devem continuar a diminuir na Alema-



Bettencourt Picanço alerta para a «grave situação que se coloca ao futuro da AP»

nha, Espanha e Países Baixos».

«Para 2007, as perspectivas continuam pouco favoráveis para os trabalhadores portugueses, afastando-se assim do nível médio salarial praticado nas restantes economias europeias», acrescenta. O dirigente do STE critica ainda as medidas gravosas tomadas por este Governo que atingem «severamente» os aposentados (ver quadro) e recorda que «os gastos das famílias com medicamentos e outros serviços de saúde deverão aumentar em 2007».

Por fim, **Picanço** pede a intervenção do Presidente da República para que, devido «ao papel de árbitro e de quem intervém», recomende ao Governo «que arripie caminho em todo este processo». E garantiu que já fez questão de pedir uma audiência a **Cavaco Silva** tentando sensibilizar o chefe de Estado para a «grave situação que se coloca ao futuro da AP».

Novos Aposentados da Administração Pública

	Até Novembro 2006	Até Novembro 2005	Ano 2005	Ano 2004
TOTAL	22 115	16 973	19 530	22 264

Fonte: CGA